



**ARCABOUÇO FISCAL E REFORMA TRIBUTÁRIA
SÃO DUAS FACES DA MESMA MOEDA**

POLÍTICA ECONÔMICA DE LULA FAVORECE OS RICOS

**Arcabouço Fiscal e Reforma tiram ainda mais o pobre
do orçamento e diminui imposto dos ricos.**

Páginas 8 e 9



RESENHA

**Obra inédita de
Vadím Rogóvin
chega ao Brasil**

Páginas 10 e 11



INTERNACIONAL

**Motim de
mercenários expõem
a vulnerabilidade
de Putin**

Página 12 e 13



CHARGE

ENQUANTO ISSO NA IGREJA DO VALADÃO



“ Se eu pudesse, eu matava tudo e começava tudo de novo. Mas não posso, então, agora está com vocês ”



Pastor André Valadão, conclamando a uma guerra contra a população LGBTI durante um culto na Igreja Lagoinha de Orlando, nos Estados Unidos.



PRÓXIMO LANÇAMENTO

“ O texto das teses resgata a compreensão marxista sobre a questão das opressões e sua relação com a relação de exploração, isto é, entre as classes sociais, relação fundamental na qual se assenta esse sistema de exploração e opressão, o sistema capitalista. ”

EDITORA **sundermann**

www.editorasundermann.com.br

FERROGRÃO

Lula quer construir ferrovia no coração da Amazônia

O governo Lula apoia a construção da chamada “ferrogrão”, uma ferrovia com 933 quilômetros que vai custar R\$ 34 bilhões e pretende escoar a soja produzida no estado do Mato Grosso e Sul do Pará. Mas a ferrovia pode desmatar 49 mil km² em 48 cidades, uma área 11% superior a todo estado do Rio, segundo um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, a ferrovia estimula grilagem e conflitos por terra. O projeto ainda fica no Arco de Desmatamento da Amazônia, uma região de expansão da fronteira agrícola marcada por conflitos fundiários. A região



onde se planeja a construção da ferrovia conta com 102 assentamentos de reforma agrária e 16 terras indígenas que não foram consultadas sobre a obra durante a fase de planejamento, como manda

a Organização Internacional do Trabalho. Apesar de falar em “defender a Amazônia”, em discurso pra francês ver, Lula vai demonstrando que seu projeto é mesmo governar para o agro.

NOVO BOLSONARISMO

Zema publica frase de Benito Mussolini

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), publicou no último dia 1º no seu perfil do Instagram, uma frase do líder do fascismo italiano, Benito Mussolini. “Fomos os primeiros a afirmar que, quanto mais complexa se torna a civilização, mais se deve restringir a liberdade do indivíduo. Benito Mussolini”, diz a frase postada no story de Zema. A publicação se deu depois de o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ser condenado e considerado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Zema foi um dos governa-



dores a declarar apoio à reeleição de Bolsonaro. Dias antes, Zema havia falado que no Sul e Sudeste “podem contribuir para este país dar certo” por que, segundo ele, “há uma proporção muito maior de pessoas

trabalhando do que vivendo de auxílio emergencial”. Não sem motivo, a frase foi interpretada como uma manifestação de xenofobia do governador que repete frase de fascista e aumentou o seu salário em 298%.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

✉ opinioao@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Por um plano econômico dos trabalhadores para o Brasil

Lula cansou de repetir que iria “colocar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda”. Também falou que acabaria com o teto de gastos do Temer. Chegando nos primeiros seis meses de mandato, o pobre não só continua fora do orçamento, como vai sentir sua situação piorar ainda mais com a aprovação do novo arcabouço fiscal construído pelo governo, que nada mais é que um teto de gastos 2.0.

Enquanto fechávamos esta edição, o chamado novo Arcabouço Fiscal estava em vias de ser aprovado e a Reforma Tributária ganhava cada mais espaço na imprensa. No entanto, esses temas continuavam longe do dia-a-dia da classe trabalhadora, em grande parte porque a imprensa e o conjunto da burguesia não têm qualquer interesse em explicar o real sentido dessas medidas para a população.

Pelo contrário, quando muito afirmam que o Arcabouço é uma boa medida, que vai trazer “confiança” ao país, e que a Reforma Tributária visa “simplificar” o sistema tributário. A realidade, porém, é o oposto. O Arcabouço impõe um duro arrocho, que vai afetar até o reajuste do salário mínimo e das aposentadorias. Já a Reforma Tributária perpetua um sistema em que só quem trabalha paga imposto e os bilionários são isentos.

É importante entender que isso ocorre porque toda a política econômica do governo Lula é orientada no sentido de beneficiar os banqueiros, o grande agronegócio, as multinacionais e as grandes empresas. Por trás de um discurso falando de desigualdade e do sistema financeiro, está um programa que atende justamente aos interesses desse pessoal. E faz isso em acordo com Arthur Lira, o Centrão e todos os partidos da base do governo.

APROFUNDANDO UM MODELO PERVERSO

O primeiro passo para enfrentar esses ataques é fazer a classe trabalhadora entender que esse sistema não tem outro objetivo



que não seja aumentar, ainda mais, a espoliação sobre ela. Um modelo que impõe, por exemplo, uma tributação de quase 40% da cesta básica, no supermercado; e que, por outro lado, isenta os bilhões que saem do país na forma de dividendos, como os R\$ 24 bilhões anunciados pela Petrobras aos seus acionistas.

E, se não bastasse, tentam aumentar ainda mais os privilégios da burguesia, com o discurso de que, no final, todos sairão ganhando. Veja, por exemplo, o agronegócio. Acabou de ganhar R\$ 240 bilhões em financiamentos, através do Plano Safra. Tentam nos convencer de que o agro sustenta o Produto Interno Bruto (PIB) e o crescimento do país. Mas, você sabia que a conta o setor está no vermelho?

Isso mesmo! O que sai na forma de lucros e dividendos para o estrangeiro é mais do que entra com as exportações. “Grande parte do agronegócio, que impulsiona as exportações, é de propriedade estrangeira, portanto, há grandes pagamentos de dividendos e juros indo para o exterior”, explicou à imprensa Robin Brooks, do Instituto de Finanças Internacionais (IFF, na sigla em inglês).

Isso significa que os bilhões do Plano Safra não estão financiando a produção de alimentos, que poderia, por exemplo, resolver a fome de

33 milhões de brasileiros ou botar comida barata no prato das famílias. Mas, sim, estão financiando a desnacionalização do campo e os lucros de grandes empresas e banqueiros estrangeiros.

O mesmo acontece com os subsídios à indústria automobilística e aos demais setores que estão brigando, agora, para manter seus privilégios com a Reforma Tributária.

UM PROGRAMA DA CLASSE TRABALHADORA

Qual é a única maneira de colocar o pobre no orçamento e cobrar imposto do rico? Primeiro, não poderia haver esse Arcabouço Fiscal, que desvia recursos para os banqueiros. Não deveríamos pagar um só centavo aos banqueiros, enquanto houver gente desempregada, passando fome ou sem moradia e saneamento nesse país.

Deveria, sim, haver um Arcabouço Social, ao invés de Arcabouço Fiscal. Mas, isso só é possível se enfrentarmos esse projeto e impormos um programa nosso, da classe trabalhadora. E isso só a classe trabalhadora pode fazer.

O que precisamos é um programa que tenha um imposto fortemente progressivo, revertendo o absurdo que o Imposto de Renda é hoje em dia; isentando os salários até R\$ 10 mil e au-

mentando a taxa, de forma progressiva, para os rendimentos acima de R\$ 30 mil.

Além disso, é preciso taxar, pesadamente, o lucro e a grande propriedade, deslocando a carga tributária, que hoje recai principalmente sobre o consumo. É preciso avançar sobre as grandes propriedades, expropriando as 150 maiores empresas e colocando-as para atuar de acordo com os interesses da população.

Ou seja, é preciso inverter essa lógica que privilegia banqueiros e bilionários. Parar de pagar a dívida aos banqueiros e investir esses recursos em Saúde, Educação, saneamento básico e na geração de empregos.

Precisamos nacionalizar o agronegócio, tirando-o das mãos das multinacionais e dos grandes grupos de investimentos que usam o campo para roubar, empobrecer e submeter ainda mais o país. Da mesma forma, temos que proibir as remessas de lucros das multinacionais; reinvestindo, aqui, o que hoje escoia para fora.

Para gerar emprego, é preciso reduzir a jornada de trabalho, sem redução dos salários; revogar, por completo, as reformas Trabalhista e Previdenciária; dobrar o salário mínimo, rumo ao salário calculado pelo Dieese, para cumprir o mínimo constitucional, de R\$ 6.652,09, em maio.

É preciso, enfim, que esse programa enfrente o retrocesso do país à condição de uma semicolônia do imperialismo, reestatizando as empresas privatizadas e entregues ao capital estrangeiro. E isto é necessário porque tudo isto faz parte de uma mesma dinâmica: a superexploração e a perda de direitos está relacionada, e serve, à entrega do país.

TRABALHADORES PRECISAM DE UM GOVERNO DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES, SEM CAPITALISTAS

É necessário chamar a organização da classe trabalhadora para enfrentar e derrotar a política econômica do governo Lula. Neste sentido, é muito importante a iniciativa que a CSP-Conlutas vem tendo, ao convocar plenárias e mobilizações contra o Arcabouço de Lula e o Marco Temporal, e em defesa das reivindicações da classe.

Os trabalhadores e trabalhadoras não podem defender ou confiar neste governo. É preciso construir uma oposição de esquerda, lutando pelas reivindicações da classe e derrotando o projeto do imperialismo, da burguesia e, também, da extrema direita. É necessária uma alternativa revolucionária e socialista, que defenda um governo socialista dos trabalhadores.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RF77LI](https://bit.ly/3RF77LI)

RODOANEL DA GRANDE BH

Projeto favorece mineradoras, ataca moradores e meio-ambiente

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), pretende construir uma rodovia, o Rodoanel, que terá 103km, pedágios e “rasgará” 13 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A explicação do governo de Minas Gerais é que a obra vai reduzir o tráfego de caminhões no atual Anel Rodoviário e adjacências, trazendo também bem-estar social e econômico para a população. O governo se utiliza de mentiras para tentar convencer a população de que a obra e o traçado proposto são o ideal para tal fim.

LU NOVAIS E WALDIR PONTES, DE CONTAGEM (MG)

O projeto Rodoanel ou “Rodominério”, na verdade, tem outra finalidade: construir uma estrada para viabilizar o escoamento da produção das mineradoras da região, favorecendo também a especulação imobiliária por onde for passar.

O custo estimado do projeto é de R\$ 5 bilhões. O governo investirá R\$ 3 bilhões, através do acordo espúrio com a mineradora Vale depois da tragédia de Brumadinho que matou 272 pessoas em 2019. Dentro desse acordo, a empresa foi beneficiada com isenção de pagamento de R\$ 15 bilhões, de um total de R\$ 51 bilhões, descontando ainda valores já pagos com reparação.

Ou seja, o governador Romeu Zema vai utilizar da multa aplicada à Vale pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho para dar de presente uma rodovia para a mesma mineradora responsável pela tragédia.

SEM MOBILIDADE

O governo também alega que o projeto melhorará a mobilidade urbana. Outra mentira, porque se quisesse mesmo a melhora da mobilidade ele aplicaria essa in-

denização na revitalização do atual Anel Rodoviário, na melhoria do transporte público e na ampliação das linhas de metrô, tão precárias em Belo Horizonte. Zema, ainda, se serviu do acordo para privatizar o Metrô de BH, já que consta como parte dos investimentos de sua ampliação.

PASSANDO POR CIMA DOS BAIRROS E NASCENTES

Além de tudo isso, o governo não apresentou nenhum estudo antecipado à sua população, dos impactos econômicos, sociais e ambientais.

Do ponto de vista econômico, os únicos beneficiários serão as construtoras, empresas fornecedoras de materiais e mineradoras.

Do ponto de vista social, a obra vai cortar ao meio bairros e regiões de grande adensamento populacional, como Jardim das Rosas, em Ibirité; Petrovale, em Betim; Granja Ouro Branco e Nascentes Imperiais, onde organizamos a Comissão Nascentes Imperiais, em Contagem.

Só neste último bairro, apesar da negativa do governo, serão impactadas direta e indiretamente 400 casas. E serão destruídas em torno de 50 nascentes que abastecem a represa de Vargem das Flores, correndo o risco imenso de essa represa desaparecer, comprometen-



do todo o abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

SESSENTA MIL PODEM FICAR SEM CASA

Estima-se que em todo o trajeto serão destruídas 15 mil casas, colocando na rua em torno de 60 mil pessoas. Inexiste, até agora, qualquer proposta de realocação da população atingida.

Passando por cima de quilombos e da memória

Além disso, estão ameaçados sítios arqueológicos, patrimônios culturais, como na cidade de Santa Luzia, o Cemitério dos Escravos, o Mosteiro de Macaúbas, a Co-

munidade Quilombola de Pinhões e, na cidade de Contagem, a Comunidade Quilombola dos Arturos. Desrespeitando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), à qual o Brasil assinou, o governo não fez, nem prevê qualquer consulta prévia aos moradores desses territórios.

A agricultura familiar camponesa também está na rota do projeto, com centenas de pequenas propriedades.

INTERESSES DAS MINERADORAS

Essa obra faz parte de um ataque sistemático do governo Romeu Zema, ao priorizar os

interesses capitalistas das mineradoras na destruição das cidades e seu povo pobre.

Além de toda a destruição que ela vai causar, essa obra coloca em risco a segurança hídrica da Grande BH, ameaçando os mananciais de Taboão, em Ibirité; de Bálsamo, na Serra do Rola Moça; e a área de preservação ambiental em Lajinha, na cidade de Ribeirão das Neves. Mais que tudo isso, os mananciais que fazem a recarga da Vargem das Flores, que abastece Betim, Contagem e várias outras cidades da Grande BH.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3D1ESMR](https://bit.ly/3D1ESMR)

PRECISAMOS NOS ORGANIZAR

Zema entrega nossas riquezas

Desde que assumiu, Zema está levando adiante um projeto econômico e político de submissão às mineradoras e aos banqueiros.

As licenças ambientais estão sendo aprovadas a toque de caixa, como na Serra do Curral, Serras da Moeda e do Rola Moça, o que pode levar ao desabastecimento de água na Grande BH. Entregou as jazidas de lítio (mineral estratégico para baterias), no Vale do Jequitinhonha, para uma empresa canadense, privatizou o Metrô BH e quer entregar o que resta no controle do nióbio, da Cemig (estatal de energia) e da Copasa (saneamento e água).

Zema é um típico coronel bolsonarista. São muitos exemplos de declarações xenofóbicas contra nordestinos e até citação de Mussolini. Agora, gastou R\$ 41,5 milhões para recapear a estrada que vai até o sítio da família. Chamamos os moradores da Grande BH a enfrentarem os poderosos interesses por trás do Rodoanel. Não podemos trocar nossas casas, nascentes e água por uma rodovia que só vai beneficiar os ricos e as mineradoras. Fora Rodoanel da morte!

Fora Zema e seu projeto entreguista!

BOLSONARO INELEGÍVEL

Precisa agora ser investigado, punido e preso!

**JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, no dia 30 de junho último, pela inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL), por conta do abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação. Os crimes de Bolsonaro – cometidos antes, durante e depois do mandato – são evidentes e inquestionáveis. Não apenas o escancarado uso de maracutaia na comunicação com fake news e o uso do aparato da presidência para fazer campanha eleitoral, mas principalmente as ameaças autoritárias que proferiu nos últimos anos, tentando criar uma narrativa de questionamento às eleições como meio para justificar uma tentativa de golpe.

Não defendemos a democracia dos ricos. Na verdade as eleições são bem pouco demo-

cráticas justamente por causa do controle do poder econômico e beneficiam apenas a burguesia. O que defendemos, enquanto vivermos sob o capitalismo, são as liberdades democráticas, que inclusive poderiam ser mais amplas, com maior liberdade para a organização e luta dos trabalhadores e também mais igualdade na disputa eleitoral controlada pelos ricos. Contudo, uma democracia de verdade, para a maioria que trabalha e é pobre, pressupõe outro sistema econômico, um Estado dos trabalhadores e outro regime político, de democracia operária, baseado no poder dos trabalhadores e na expropriação da burguesia.

AMEAÇAS AUTORITÁRIAS DE BOLSONARO

Bolsonaro critica o regime eleitoral para os trabalhadores terem ainda menos liberdades democráticas, defende

ainda mais controle dos ricos, a ponto de questionar o resultado das eleições para justificar um possível autogolpe. Não encontrou, contudo, apoio suficiente entre a burguesia brasileira e internacional para um golpe vitorioso.

A falta de apoio não possibilitou que uma maioria ativa na cúpula das Forças Armadas (FA) fosse ganha para o projeto golpista, tampouco mobilizou setores o suficiente para pressionar ambos nas ruas, apesar de movimentar um contingente para obstruir estradas, cercar quartéis e ocupar Brasília. Isso não o impediu de tentar. O dia 8 de janeiro foi incitado por Bolsonaro e seu entorno, e todos os fatos apresentados pelo coronel Mauro Cid ou que estão sendo revelados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do golpe corroboram isso.



NA LUTA CONTRA O BOLSONARISMO

Nenhuma confiança na justiça e nas instituições

O governo Lula não atende a exigência de “Sem Anistia”. Diz que vai enfrentar, mas sempre se defronta com seu próprio limite, que é a defesa dos interesses dos capitalistas e do atual regime político dos ricos. Lula e o PT delegam para o Judiciário o papel de enfrentar Bolsonaro e a ultradireita. O problema é que isso sequer garante a punição desse setor. A tarefa de enfrentar o bolsonarismo não pode ficar nas mãos do Judiciário. Inclusive, o próprio TSE livrou a cara de Braga Neto, o que demonstra sua subserviência aos militares e golpistas. O Judiciário defende os interesses dos ricos, além de ter também influência da ultradireita. Por isso, no Brasil, punem-se trabalhadores, pobres e negros, com muito rigor, enquanto se garante impunidade aos ricos e poderosos. Por isso, o Supremo Tribunal Federal (STF), no mesmo momento que atua contra a ultradireita, toma medidas sobre liberdade de expressão que podem amanhã se virar contra a esquerda e o movimento dos trabalhadores.

É preciso que a ultradireita seja totalmente derrotada. Somente os trabalhadores podem levar a luta contra Bolsonaro e o bolsonarismo até o fim de forma consequente.

DUPLO DESSERVIÇO

O governo cumpre um duplo desserviço nessa luta: ao mesmo tempo que capitula aos militares faz acordões com Arthur Lira (líder do centrão) e outros setores que eram bolsonaristas até ontem. Lula hoje é o comandante-chefe das Forças Armadas, assim como o garantidor dos interesses dos negócios capitalistas e, ao administrar o capitalismo em crise e decadente, mantém o Brasil preso a um projeto imperialista que aprofunda a exploração e a opressão, dando margem para o surgimento de coisas como Bolsonaro.

UMA LUTA INDEPENDENTE

Contra a ultradireita, em situações pontuais, é necessária a mais ampla unidade para lutar. Mas isso não pode significar o apoio ou sequer uma unidade política ou permanente com o governo, como faz a maior parte da esquerda, como o PSOL. Isso desarma não só a luta pelos direitos dos trabalhadores que o governo vem atacando, mas inclusive a luta contra a própria ultradireita.

Se os trabalhadores querem enfrentar Bolsonaro e evitar a ascensão da ultradireita novamente, devem se manter independentes e enfrentar o governo Lula e seu projeto, que não apenas não combate, como aduba o solo em que a ultradireita viceja.

PRISÃO DE BOLSONARO E DOS MILITARES

Aprofundar a luta contra a ultradireita

Para enterrar de vez as ameaças autoritárias de Bolsonaro e da extrema direita, julgá-lo e puni-lo é somente uma parte do que seria necessário. Inclusive, ele deveria ser preso. Mas é preciso ainda demitir os milhares de militares encastelados em cargos no Executivo e punir os militares que participaram ou fizeram corpo mole no dia 8 de janeiro.

O governo Lula (PT), contudo, não vem enfrentando nem a extrema direita golpista incrustada nas instituições civis do Estado, muito menos os militares golpistas. Pelo contrário, capitulou aos militares na escolha do atual Ministro da Defesa, assim



Gal. Braga Neto escapou de qualquer punição.

como, mais uma vez, mostra sua submissão ao devolver o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para o controle dos militares. As medidas de Lula são todas para repactu-

ar com a cúpula das FA. Também não avança a investigação, muito menos as necessárias mudanças nas FA para abolir o bolsonarismo e o golpismo de seu interior.

**LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3NAFVTN**

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Novo Plano Diretor de São Paulo é ataque aos pobres a serviço das construtoras

DEYVIS BARROS,
DE SÃO PAULO (SP)

Foi aprovada no dia 26 de junho último pelos vereadores de São Paulo a proposta do prefeito Ricardo Nunes (MDB) de revisão do Plano Diretor. Ela piora a já limitada versão em vigência para beneficiar as empresas do setor imobiliário e vai ser danosa para a população pobre e trabalhadora da cidade.

O plano foi aprovado com 44 votos, que vão desde a base do prefeito até o bolsonarismo e com apoio da maioria do PT.

O novo plano diretor permite a construção de prédios ainda mais altos em regiões no entorno de estações de trem e metrô e de corredores de ônibus, além de no miolo de bair-

ros. Também libera a construção de mais garagens, desvia verbas da construção de moradias populares para asfaltar ruas e dá benefícios para templos religiosos.

Toda a mudança é feita sob a alegação de que vai permitir que os mais pobres morem perto de estações de trem. Uma grande mentira.

PIORANDO O QUE JÁ ERA RUIM

A versão em vigor até então foi aprovada em 2014, na prefeitura de Haddad (PT). A lógica é justamente a mesma: adensar as regiões no entorno de estações e corredores. De 2014 para cá, segundo levantamento feito pela Folha de S. Paulo, somente 6% das habitações construídas surgiram nos distritos mais

baratos. Já nos mais caros, foi construída quase a metade das novas habitações.

O projeto não toma em consideração uma série de problemas urbanos e ambientais de uma cidade da dimensão de São Paulo, com a expansão desordenada da verticalização, como o impacto na circulação de vento, qualidade do ar, acesso à luz do sol, aumento da poluição, aumento dos aluguéis e do valor dos imóveis, excesso de trânsito e as dificuldades de fornecer serviços públicos em regiões tão fortemente adensadas.

Além de tudo isso, a tendência é que o projeto afaste a população pobre e negra ainda mais para o “fundão”, onde os governos mantêm a crônica falta de serviços públicos básicos.



A lógica de concentrar pessoas em torno de regiões de trem e metrô é complementar à lógica de privatizar, sucatear e manter limitado o alcance do sistema metroferroviário. Ao invés de adensar áreas de trem e metrô, o Governo do Estado

e a Prefeitura da capital deveriam ampliar fortemente a cobertura do sistema metroferroviário e o número de estações em direção às periferias e cidades do entorno e diminuir a concentração populacional nas regiões centrais.

PODER ECONÔMICO



Ricardo Nunes, Tarcísio e vereadores são aliados das construtoras

Toda a política habitacional e urbana do governador Tarcísio e do prefeito Nunes serve para beneficiar os empresários, não para atender a população pobre da cidade.

Recentemente, Tarcísio anunciou que pretende liberar R\$ 4 bilhões para financiar o mercado imobiliário, sob a justificativa de construir moradias populares. Com a mesma justificativa, Ricardo Nunes anunciou recentemente que pretende comprar cerca de 45 mil imóveis já construídos por empreiteiras privadas.

Junto com isso, adotam uma política higienista de expulsar a população em situação de rua do

Centro e bairros de classe média em direção à periferia para beneficiar o mercado imobiliário.

Além de tudo, a aprovação do plano está marcada por uma corrupção descarada. Metade de todas as doações que elegeram os vereadores de São Paulo veio de empresas do setor imobiliário. Agora os doadores estão cobrando a fatura. O vereador Adilson Amadeu (União Brasil) chegou ao ponto de enviar uma mensagem em um grupo de empresários cobrando: “O que o Secovi (sindicato do setor imobiliário) fará para ajudar nosso prefeito em sua reeleição?”.

SAÍDA

Política urbana a serviço dos trabalhadores

No capitalismo a terra e o espaço urbano são mercadorias, usados pela burguesia para obter lucro. Isso se agrava em um país como o Brasil, que passa por um processo de aumento acelerado da dependência em relação ao imperialismo.

Para os trabalhadores, em especial para os negros, a cidade se converte em um espaço de segregação e reprodução da desigualdade social. Serviços públicos básicos são transformados em mercadoria através da privatização.

A lógica do Plano Diretor (desde o governo de Haddad e agora com Ricardo Nunes) atende essa necessidade de produzir lucro para empresas



privadas. Com isso, provoca uma série de problemas urbanos, ambientais e sociais.

Para os trabalhadores é necessário construir uma cidade diferente. É preciso lutar contra a lógica de apropriação privada do território que hoje faz, por exemplo, com que existam 12 vezes mais imóveis vazios que pessoas em situação de rua em São

Paulo. As lutas por moradia, em defesa do espaço público, contra as privatizações, em defesa do meio ambiente, por direitos sociais são parte desse enfrentamento que só pode ser concluído com a superação da divisão da sociedade em classes, através de uma revolução socialista que coloque os rumos da cidade nas mãos dos trabalhadores.

Por hoje, Nunes, Tarcísio, o bolsonarismo e o PT têm em suas mãos a responsabilidade por mais um grande ataque contra as condições de vida da população trabalhadora e pobre da cidade de São Paulo.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3NC4ZYP](https://bit.ly/3NC4ZYP)

SAIBA MAIS

Veja as mudanças do novo Plano Diretor

- Prédios mais altos: O novo Plano libera a construção de prédios mais altos em até 700m das estações de trem e metrô e 400m de corredores de ônibus.

- Mais vagas de garagem: Libera mais vagas de garagens em apartamentos de regiões próximas a estações, corredores e em apartamentos grandes.

- Benefícios para templos religiosos: Os grandes e milionários templos religiosos não precisam mais cumprir função social e não podem ser desapropriados. Também não são mais obrigados a construir moradia popular em parte do terreno nos casos de demolição.

- Desvio do Fundurb: O dinheiro do Fundurb, hoje usado para construção de moradias populares, obras contra enchentes, saneamento e transporte público poderá ser usado para recapeamento de ruas.

SAÚDE

Seguir a mobilização para garantir o Piso da Enfermagem e avançar nos direitos



FABIANA SANGUINÉ, DE PORTO ALEGRE (RS),
E ÉRICA GALVÃO, DE NATAL (RN)

Após muita luta das trabalhadoras e trabalhadores, o Congresso Nacional aprovou a lei 14.434/22, que institui o Piso Salarial da Enfermagem. Embora os valores deferidos sejam abaixo do necessário, foi um passo importante, arrancado pela mobilização da categoria. Porém, a luta precisa seguir, já que, até agora, nada foi implementado.

Donos de hospitais privados conseguiram suspender a aplicação da lei no Supremo Tribunal Federal (STF) e o governo Lula ainda não liberou dinheiro suficiente para o pagamento do piso. Nesse jogo de empurra-empurra, quem sai perdendo são os trabalhadores, com salários arrochados, e a população, com serviços precarizados.

AÇÃO PODE SE CONVERTER EM ATAQUE

Chamado a deliberar sobre o pagamento do Piso da Enfermagem, o STF quer estabelecer uma regra de proporcionalidade para cargas horárias inferiores a oito horas diárias, ou 44 horas semanais; sendo que muitos municípios e estados já têm instituídas as 30 horas semanais. Ou seja, nestes casos, trabalhadores e trabalhadoras terão perda salarial, caso a medida seja aprovada.

O STF consegue piorar a determinação inicial do Ministério da Saúde (MS), que previa 40h para pagamento integral do valor. Após pressão, o MS retirou essa previsão. Mas, ao não estabelecer a jornada em 30h, reivindicação histórica da categoria, deixou o STF livre para aumentá-la.

Outro retrocesso é que o STF não planeja respeitar os planos de carreira existentes, que garantem um piso superior. Dessa forma, nivela por baixo os trabalhadores em fase inicial de carreira, com os que já estão na ativa há mais tempo.

Além disso, desresponsabilizam estados e municípios de destinar verbas para o pagamento do piso, colocando isto apenas como uma obrigação da União, e o definindo como remuneração total e não como vencimento base. Para os trabalhadores do setor privado é ainda pior, já que querem fazer valer a Reforma Trabalhista, impondo o negociado sobre o legislado.

Assim, por pressão dos patrões e com a conivência do governo, o piso pode ter o valor diminuído e, por isso, precisamos nos mobilizar para reverter esses ataques vindos do judiciário.



LUTA

É hora de construir uma alternativa socialista e revolucionária



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/44AITFF](https://bit.ly/44aitff)

TEM PRA BANQUEIRO

Governo segue pagando a dívida, enquanto os trabalhadores não recebem o mínimo

Após a conquista do piso, foi aprovada outra lei, que destina R\$ 7,3 bilhões para o seu pagamento. Esse valor é insuficiente para atender a demanda de toda a categoria e, para piorar, até agora não foi liberado.

Enquanto isso, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, até 9 de julho, o governo federal já gastou R\$ 1,044 trilhão com juros e amortizações da dívida pública, que “correspondem a mais da metade (51,89%) de todos os gastos federais até esta data. Ou seja, os recursos destinados para a dívida pública poderiam mais que dobrar todos os investimentos sociais.”

Essa situação vai piorar com a aprovação do Arcabouço Fiscal de Lula, que estabelece um teto para os gastos sociais, deixando livre o



pagamento da dívida pública e mantendo intactas as fortunas e propriedades dos grandes capitalistas.

Ou seja, existe dinheiro para pagar o Piso da Enfermagem, sem qualquer tipo de redução, respeitando a jornada de 30 horas semanais, os planos de cargos e salários existentes e extensivo aos trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa pri-

vada. Mas o governo atua para beneficiar os poderosos, ao invés dos trabalhadores.

Por isso, é fundamental a organização e luta da categoria e de toda a população no país, uma vez que a garantia do Piso da Enfermagem significa parte das melhorias necessárias no Sistema Único de Saúde e no enfrentamento à ganância dos planos de saúde.

A luta das trabalhadoras e trabalhadores da Enfermagem está mostrando como é nefasta a aliança entre o Judiciário, os patrões e o governo que, numa divisão de tarefas, querem impedir a implementação do piso salarial.

É assim que Lula está governando: abraçado com empresários e privilegiando acordos com o Centrão no Congresso Nacional. Para o PSTU, não há como priorizar a classe trabalhadora e atacar o lucro dos patrões, quando se governa com este setor.

Para garantirmos a efetivação do Piso da Enfermagem, nas condições mencionadas, e o fortalecimento do SUS, sem subserviência ao setor privado, é preciso que os trabalhadores, em conjun-

to, se organizem, com independência de todos os governos, dos patrões e do Judiciário.

Contudo, no capitalismo, todas as nossas suadas conquistas seguem permanentemente ameaçadas pela sanha de lucro desse sistema.

Por isso, nosso objetivo desde já, e a cada enfrentamento, deve ser a construção de uma alternativa que aponte para um governo socialista dos trabalhadores, repudiando tanto a direita quanto o projeto de conciliação com os patrões. Um governo que tenha a classe trabalhadora no poder, através de conselhos populares e, como prioridade, o atendimento das demandas sociais e não o lucro de uma minoria.

BURGUESIA APLAUDE

Política econômica do governo Lula atende aos ricos



DA REDAÇÃO,

O Arcabouço Fiscal, já aprovado, e a recém apresentada Reforma Tributária são duas faces de uma mesma moeda. Além de não colocar os pobres no orçamento, nem cobrar impostos dos ricos, como Lula disse que faria, mantém os pobres pagando impostos e entrega ainda mais do orçamento aos ricos. Ou seja, fazem a mesma coisa que todo o resto da política econômica do governo.

A indústria automobilística recebeu R\$ 1,5 bilhão em isenção

aos “carros populares” e a resposta, país afora, foi uma sucessão de fechamentos de linhas de produção e a suspensão de contratos de trabalho. Já o agronegócio acabou de receber um financiamento de R\$ 287 bilhões, simplesmente o maior plano de capitalização do agro em nossa história.

As grandes construtoras continuam sendo as maiores beneficiadas pelo programa “Minha Casa Minha Vida”, enquanto as famílias mais pobres sofrem com despejos ou, junto com a classe média, sofrem com os altos juros para um financiamento, enquanto o déficit habitacional se perpetua.

BANQUEIROS ELOGIAM O GOVERNO

O governo está impondo toda a política exigida pelo capital financeiro, a grande indústria e o agronegócio. A tal ponto que o presidente do BTG Pactual (aquele fundado por Paulo Guedes), Roberto Sallouti, se derramou em elogios a Haddad: “Ele está surpreendendo os agentes econômicos positivamente. O ministro Haddad virou um bastião de credibilidade deste governo”.

Enquanto isso, o dia-a-dia de milhões de trabalhadores e trabalhadoras continua sendo marcado pelo subemprego e

pela precarização, um salário mínimo de fome, com o “aumento” de R\$ 18, e uma inflação que, mesmo desacelerada, subsiste, principalmente nos produtos e serviços mais básicos.

A HIPOCRISIA DO DISCURSO CONTRA OS JUROS

Desde o início do governo, Lula e o seu entorno criticam os juros altos impostos pelo Banco Central (BC). Mas, o governo não toma nenhuma atitude para mudar isso, mesmo tendo instrumentos para defenestrar Campos Neto, o presidente do BC.

Ao não fazer isso, fica cada vez mais evidente que o governo apenas vocaliza os interesses de um setor da burguesia, sem estar disposto a mexer em nada que possa gerar algum atrito com qualquer um de seus setores, ainda que nos marcos do próprio capitalismo.

Fica evidente, ainda, que esse discurso, longe de pretender mudar algo de fato, é apenas a expressão de uma irritação por parte da burguesia industrial e do próprio setor financeiro, para quem os juros altos já começam a atrapalhar seus negócios.

TRABALHADOR CONTINUA PAGANDO A CONTA

Reforma Tributária beneficia os capitalistas

A reforma do sistema de impostos é tão prioritária para o governo que, no início da gestão, foi criada uma secretaria específica, no Ministério da Fazenda, para fazê-la. E, nela, foi colocado o economista Bernard Appy, ex-assessor de Guido Mantega, quando este foi Ministro da Fazenda, no segundo mandato de Lula, e tentou impor uma reforma semelhante.

O argumento é que a Reforma Tributária visa simplificar o emaranhado de impostos no

país, unificando todos os tributos num Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A lógica, contudo, é unificar todos os impostos no consumidor final. Na proposta do governo, os três impostos de competência da União (Cofins, IPI e PIS) se concentrarão num IVA federal, chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já os impostos dos municípios e estados (ICMS e ISS), também se unificarão num só: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

DISPUTA ENTRE SETORES DA BURGUESIA

Os monopólios industriais e o setor financeiro cerraram fileiras em torno da Reforma Tributária, enquanto setores do agro, de serviços e do varejo se opõem à proposta. Entidades como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) fazem propaganda, afirmando que a reforma trará desenvolvimento e

crescimento, enquanto a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) divulga que, com a medida, a cesta básica vai sofrer aumento de 60%.

Essa briga de foice no escuro se estende aos estados e municípios, que não querem perder arrecadação e os instrumentos que contam, hoje, para guerra fiscal: a possibilidade de oferecer isenções para grandes empresas. Mesmo com a União prometendo um fundo para compensar perda de arrecadação, a desconfiança permanece.

O que está por trás dessa reforma é uma disputa entre setores da burguesia, para ver quem ganha mais privilégios com os tributos, pagando ainda menos e garantindo maiores lucros. Todos querem manter e ampliar os muitos privilégios com os quais

já contam, hoje, sem perder as inúmeras brechas que têm no emaranhado da atual legislação para toda sorte de isenção.

MANTENDO A CARGA NAS COSTAS DOS TRABALHADORES

A briga ocorre porque a alíquota unificada significaria que alguns setores pagariam mais, e outros pagariam menos, em comparação ao que acontece atualmente. Mas este debate esconde que a proposta visa justamente diminuir a quantidade de impostos pagos pelo empresariado.

Ou seja, o conjunto da burguesia, o governo e o Congresso Nacional do Centrão mantêm um acordo acima disso tudo: manter a carga tributária nas costas da classe trabalhadora.

ENTENDA A REFORMA

Reforma unifica tributos em um imposto único sobre consumo (IVA)

Cofins + IPI + PIS ↘

Irão virar Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

ICMS + ISS ↘

Irão virar Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

NÃO SÃO OS RICOS

Quem paga imposto no Brasil

Ao contrário do que ouvimos muitas vezes por aí, a carga tributária do Brasil, mesmo atingindo o recorde de 33,9% sob o governo Bol-

sonaro, em 2021, não é alta em relação aos outros países. O que, sim, ocorre, e pouca gente diz, é que ela é extremamente regressiva, incidin-

do justamente sobre os mais pobres e isentando os capitalistas bilionários.

Ou seja, quem paga imposto é o pobre e a classe média,

tanto através dos impostos diretos retidos na fonte, como, principalmente, por meio dos impostos indiretos, aqueles embutidos nos produtos, que

incidem sobre o consumo e taxa, de forma igual, tanto o bilionário quanto o pobre.

Essa estrutura perversa e desigual faz com que as fa-

mílias mais pobres paguem, proporcionalmente, mais impostos que os super-ricos, porque pagam quando recebem o salário, e pagam, novamente, quando vão ao supermercado comprar comida, gastando quase metade da renda em impostos.

Um sistema que privilegia principalmente o imperialismo, por meio das multinacionais e do capital associado a setores como o agro, e que retira seus lucros limpos, sem qualquer taxa, através de dividendos, da remessas de lucros etc.

ROUBO LEGALIZADO

Ao contrário do afirmam a burguesia e os representan-

tes do capital financeiro, não são os gastos públicos, o Bolsa Família ou qualquer outro gasto social que pressionam os impostos. No capitalismo, os tributos servem para manter esse Estado, esse regime de exploração e, consequentemente, beneficiar ainda mais os ricos.

Por exemplo, no Brasil, a carga tributária teve dois grandes aumentos. Primeiro, na ditadura militar, para financiar a indústria de base, que viabilizaria as multinacionais, principalmente as da indústria automobilística. Depois, no governo FHC, para pagar a dívida aos banqueiros.

A classe trabalhadora é assaltada inúmeras vezes.

SAIBA MAIS

Impostos diretos sobre a renda dos trabalhadores, lucros e importação (2021)



Imposto de Renda
R\$ 583,5 bilhões



Imposto Direto sobre o Lucro
(72 maiores empresas)
- R\$ 112,4 bilhões



Imposto Direto sobre o Capital Internacional (importação)
R\$ 61,8 bilhões

Ela, que produz todas as riquezas, recebe uma ínfima parte disso na forma de salário. De cara, já tem retido parte do salário no Imposto de Renda.

De todo o mais que ela produz, parte é embolsada diretamente pelo capitalista, como

lucro. Outra parte paga os impostos do próprio patrão, quando ele não sonega. E, ainda, uma parcela escoa na forma de impostos indiretos.

Essa parte, que vai para o Estado, na forma de impostos diretos e indiretos, não é revertida em serviços públicos; mas vai para banqueiros, na forma de juros da dívida, para subsidiar grandes empresas e multinacionais e bancar as isenções bilionárias.

bilhões. Enquanto isso, as 72 maiores empresas do país (dentre as 100 maiores), pagaram só R\$ 112 bilhões.

No mesmo ano, considerando o total de impostos, quase 70% vieram de tributos diretos e indiretos sobre a classe trabalhadora (veja o gráfico). E, também em 2021, os privilégios tributários das grandes empresas e do agro somaram R\$ 456 bilhões, segundo levantamento da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco).

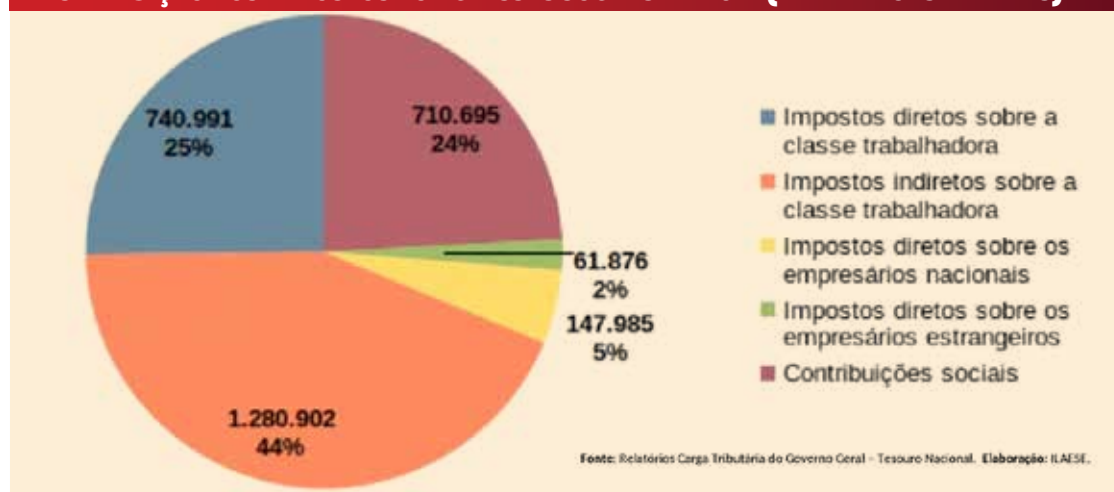
Exportações, a grande propriedade e os dividendos bilionários remetidos a acionistas, inclusive estrangeiros, como os da CSN ou da Petrobras, por sua vez, são isentos de qualquer taxa.

TRABALHADORES PAGAM MAIS

Levantamento realizado pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos, o Ilaese, revelou que, em 2021, os impostos diretos sobre a classe trabalhadora (Imposto de Renda e sobre as Pessoas Físicas), arrecadaram R\$ 583

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3PTNA7T](https://bit.ly/3PTNA7T)

DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS POR CLASSES SOCIAIS EM 2021 (EM MILHÕES DE REAIS)



NOVO TETO

Arcabouço de Lula tira dos salários, das aposentadorias e dos serviços públicos para beneficiar os banqueiros

Enquanto fechávamos esta edição, o chamado novo Arcabouço Fiscal estava em vias de ser definitivamente aprovado pela Câmara. Ele substitui o Teto de Gastos de Temer por um novo teto, mais flexível, mas com o mesmo objetivo: impor um regime de austeridade fiscal para os próximos anos, restringindo os gastos públicos, para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros.

A sua passagem pelo Senado joga por terra o argumento de que esse novo teto é uma espécie de “combinação possível” frente a um Congresso Nacional mais conservador. Pelo contrário, o projeto foi desenhado diretamente pelo governo Lula,

com Haddad à frente, e costurado com Lira e o Centrão.

E, assim, foi arduamente defendido. Tanto que, se na Câmara, o PT proibiu qualquer emenda para amenizar o projeto; no Senado, Haddad trabalhou pessoalmente para que o texto fosse aprovado sem alterações.

Mesmo assim, no Senado, o Arcabouço foi alterado pelo relator Omar Aziz (PSD-AM) e pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que, a contragosto do governo, retiraram do teto o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e os gastos com ciência e tecnologia, mantendo o grosso dos ataques.

Ou seja, justamente o que setores como a CUT e outras centrais reivindicavam. E que, mesmo assim, mantém a lógica perversa do projeto. Lembrando, ainda, que mesmo esses pontos tinham

grande chance de voltar na Câmara.

Após a sua aprovação e a tramitação da Reforma Tributária, o Ministério da Fazenda já avisou que o próximo passo será enviar uma

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) desvinculando os gastos da Saúde e da Educação do Orçamento. Essa era uma obsessão de Paulo Guedes, que ele nunca conseguiu implementar.

ARCABOUÇO FISCAL

ENTENDA O NOVO TETO DE GASTOS

- Crescimento das despesas só pode subir até 70% do aumento das receitas.
- Independentemente da arrecadação, o crescimento das despesas deve variar entre 0,6% e 2,5% do ano anterior. Ou seja, se o país viver um “boom” econômico e uma explosão na arrecadação, os gastos só aumentam 2,5%.
- Esse nível de gasto é menor do que os dos três governos do PT e, na média, metade do que foram os anos FHC.
- Vai impor um arrocho nos serviços públicos e no próprio salário mínimo, já que benefícios como aposentadorias, ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), continuam sob o teto.
- Caso a meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida aos banqueiros) não seja cumprida, ficam proibidos os concursos públicos e até reajustes da inflação a servidores.

LIVRO

Obra inédita de Vadím Rogóvin chega ao Brasil pela Editora Sundermann

Coleção do historiador e sociólogo marxista foi traduzida do original russo e é um dos mais completos estudos sobre a URSS.

LUCIANA CANDIDO,
DE SÃO PAULO (SP)

O primeiro tomo da coleção *Havia alternativa ao stalinismo?*, de Vadím Rogóvin, chega ao Brasil pela Editora Sundermann. O livro dá início à publicação dos sete volumes produzidos pelo historiador e sociólogo russo ao longo da década de 1990.

A publicação da obra de Rogóvin foi um desafio. Galina Valiujenitch, viúva do autor, cedeu os direitos autorais da obra, apresentando os leitores de língua portuguesa, sobretudo as novas gerações, com o acesso a uma pesquisa magnífica realizada dentro da URSS.

A editora traduziu a obra direto do original em russo, garantindo a máxima exatidão possível sobre o texto. Jean-Jacques Marie, um dos maiores especialistas em URSS do mundo e amigo pessoal de Rogóvin, es-

creveu a apresentação especialmente para a edição brasileira.

A edição também traz amplo material complementar. O leitor vai encontrar, em todos os tomos, caderno de imagens, lista de siglas e organizações, glossário, datas de congressos e conferências e notas biográficas, além do sumário de todos os volumes.

A COLEÇÃO

Rogóvin iniciou este trabalho, sua obra máxima, no início dos anos 1990. A notícia dramática de um câncer o surpreendeu logo no início da pesquisa. O prognóstico de apenas alguns meses de vida, no entanto, não o desanimou. Trabalhando durante as seções de quimioterapia, Rogóvin conseguiu concluir os seis primeiros volumes e quatro quintos do sétimo, que foi terminado por sua esposa e seu assistente com base em



Estudantes em uma Rabfak, instituição que preparava para o ingresso no ensino superior, onde a Oposição de Esquerda teve grande apoio

suas anotações. Ele faleceu em 1998, aos 62 anos.

Seu objetivo era retratar a história da oposição marxista revolucionária e as lutas políticas no interior da União Soviética durante as décadas de 1920 e 1930, ou seja, a verdadeira história do combate ao stalinismo na URSS, que tem

início com a Oposição de Esquerda, em 1923, e vai até o pacto Stálin-Hitler, em 1939, no início da Segunda Guerra Mundial, e o assassinato de Leon Trotsky, em 1940. Nas palavras do autor, ele queria “examinar o mecanismo do surgimento e do impetuoso crescimento do grande terror e

revelar os motivos pelos quais essa grande ação terrorista se viu possível e exitosa”.

Ao iniciar essa empreitada, ainda não era um trotskista. Foi o que encontrou em sua pesquisa que fez dele inevitavelmente um trotskista. Ele se debruçou principalmente sobre os arquivos secretos da ex-URSS, que começaram a ser abertos na década de 1980. Neles, havia documentos estenografados de reuniões, congressos e conferências, material da imprensa e até correspondência pessoal dos dirigentes, além do Boletim da Oposição, publicado de forma clandestina no exterior entre 1929 e 1941.

Ele também visitou as memórias de vítimas do grande terror stalinista e teve a oportunidade de entrevistar alguns sobreviventes. O resultado foi uma coleção de sete livros magníficos, mas infelizmente quase inacessível. Até agora.

“HAVIA ALTERNATIVA”

Uma obra inestimável

A publicação da obra de Rogóvin por si só tem um grande valor editorial ao trazer um material raro, com informações inéditas que superam a soviologia ocidental.

Além disso, um dos compromissos permanentes da Editora Sundermann sempre foi com verdade histórica sobre a natureza e o significado do stalinismo. Não à toa, é a editora que mais publica a obra de Trotsky em língua portuguesa.

Esta obra, em particular, é um acréscimo incalculável à literatura antistalinista ocidental. Ela desmente tanto a propaganda stalinista quanto a propaganda anticomunista imperialista e desmistifica algumas visões correntes inclu-

sive entre os antistalinistas.

Rogóvin demonstra que a derrota da oposição – principalmente da Oposição de Esquerda e dos trotskistas – não era inevitável. Com base em farta documentação, ele afirma que “o stalinismo não foi o resultado lógico e inevitável da Revolução de Outubro” e que “dentro do bolchevismo existia uma corrente forte que impulsionava uma alternativa real ao stalinismo, e a luta contra essa tendência foi a principal função do terror stalinista”.

Ao analisar as profundas razões sociais e políticas que envolvem os crimes do stalinismo, o autor constrói um amplo campo de visão onde o próprio leitor pode buscar os

fatos. Sem negar o papel pessoal de Stálin, ele demonstra que o stalinismo não foi obra da insanidade de um único homem, mas um regime, com táticas e estratégia para destruir o legado da Revolução de Outubro.

O autor explica que, na disputa política e ideológica, num contexto de crescente descontentamento das massas, havia “algo de terrível na ideologia chamada de ‘trotskista’, naqueles anos, para a própria existência do regime stalinista”. Stálin, “ao longo da campanha pela ‘liquidação dos trotskistas e demais traidores’, ele exterminou toda a camada dirigente formada pelas pessoas que ainda se lembravam da outra forma, a leninista, de



Trotsky e Zinóviev no II Congresso da Internacional Comunista

organização da vida partidária e estatal”.

Um dos grandes méritos da obra é dar voz aos verdadeiros “trotskistas” – como se sabe, qualquer um que manifestasse qualquer sinal de desacordo com a política stalinista era tachado de “trotskista”. Ao analisar o Boletim da Oposição, Ro-

góvin obtém os testemunhos desconhecidos destes revolucionários e tenta “preencher essa lacuna olhando para a realidade soviética dos anos 1920 através dos olhos dessas pessoas, comparando suas constatações, opiniões e prognósticos com o testemunho imparcial dos documentos históricos”.

O OPOSTO DO BOLCHEVISMO

Verdades, mas também lições

A obra de Rogóvin não revela a verdade apenas. Ela transcende seu tempo e norteia debates entre posições que se mantêm ainda hoje, mais de trinta anos depois da queda da URSS.

Fica evidente que, em hipótese nenhuma, o stalinismo é a consequência natural do bolchevismo e da Revolução de Outubro. Ele é o oposto do bolchevismo e do comunismo. Todo esse processo

culminou na restauração do capitalismo, como bem detalha a obra de Rogóvin.

O stalinismo perverteu o marxismo e o leninismo e foi a melhor arma da burguesia mundial contra o comunismo e a revolução socialista depois que o mundo assistiu chocado ao grande terror ou grande expurgo da década de 1930. Na verdade, o que se viu foi o genocídio de centenas de milhares de comunistas.

Foi uma barreira tão nefasta ao movimento operário mundial que as consequências do que se passou na URSS são sentidas concretamente ainda hoje em processos nos quais a classe trabalhadora é chamada a lutar. A obra de Rogóvin é imprescindível, porque é um estudo científico que elucida as origens e os reais interesses por trás da defesa das posições stalinistas.



Lenine com delegados ao II Congresso da Internacional Comunista em Petrogrado.

O OPOSTO DO BOLCHEVISMO

Um fim que significa um começo

A despeito da tragédia stalinista, o título do último livro é a expressão do otimismo histórico das mulheres e dos homens retratados nesta saga: Um fim que significa um começo. Ao iniciar este ambicioso projeto, a Editora Sundermann pretende dar um

sentido a esse título.

Houve muita luta contra a burocracia e suas teorias no Partido Bolchevique. Tanto que Stálin teve que destruir fisicamente qualquer oposição. Leon Trotsky, que dirigiu a Revolução de Outubro ao lado de Lênin e formou e

comandou o Exército Vermelho, é a maior expressão e foi assassinado por isso.

Em outras palavras, havia alternativa ao stalinismo sim – e ainda há.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3NHZVX6](https://bit.ly/3NHZVX6)



Membros da Oposição de Esquerda na véspera da expulsão de Trotsky (ao centro).

SAIBA MAIS

Quem foi Vadím Rogóvin



Nascido em 1937, Vadím Zakhárovitch Rogóvin foi um pesquisador, doutor em Ciências Filosóficas e professor-titular do Instituto de Sociologia da Academia Russa de Ciências. Escreveu centenas de artigos científicos dedicados aos problemas de política social, história do pensamento social e movimentos políticos na URSS.

No começo dos anos 1990, Rogóvin começou a escrever sua obra máxima, *Havia alternativa?*, em sete volumes, dedicada à história da oposição e às lutas políticas no interior da União Soviética durante as décadas de 1920 e 1930. Faleceu de câncer em 1998, aos 62 anos, após concluir sua pesquisa. Rogóvin trabalhou até o último momento de sua vida, inclusive no hospital.

Dedicou-se ao estudo do problema da estratificação social na sociedade soviética. Nesse campo, enfrentou diretamente outros pesquisadores soviéticos, defensores das reformas de mercado, que iniciavam uma nova falsificação da história. Acabou isolado entre seus colegas, muitos dos quais entraram na administração de Iéltsin.

Quando todos os intelectuais e dissidentes dos anos 1960 se tornavam inimigos do marxismo, Rogóvin seguiu o caminho oposto, compreendendo que a degeneração da revolução não era inevitável, que existiu uma alternativa política ao stalinismo marxista e revolucionária, a qual deveria ser a base para um renascimento do socialismo.



Congresso da III Internacional.

OS LIVROS

Coleção 'Havia alternativa ao stalinismo?'

- I** – Havia alternativa ao stalinismo?
- II** – O poder e a oposição
- III** – A NEONEP de Stálin
- IV** – 1937
- V** – O partido dos fuzilados
- VI** – A revolução mundial e a guerra mundial
- VII** – Um fim que significa um começo

MOTIM DOS MERCENÁRIOS DO GRUPO WAGNER

Cozinheiro de Putin expôs a vulnerabilidade de seu patrão

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES
QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI)

O dia 24 de junho ficará marcado na História como o dia em que Putin sentiu, pela primeira vez em 24 anos, que seu poder estava vacilando e poderia cair.

O que acontecerá no futuro próximo com esse poder? É difícil, para nós, prevermos isso, com certeza. Mas, é evidente que seu regime está fragilizado pela derrota estratégica que está sofrendo na guerra prolongada na Ucrânia. Fundamentalmente, porque esta agressão genocida da máquina militar russa foi e continua sendo afrontada pela heroica resistência ucraniana, constituída, na sua grande maioria, por operários e trabalhadores das cidades e do campo.

QUEM É PRIGOZHIN E O QUE É A CMP WAGNER?

Prigozhin é um ex-presidiário que, nos anos 90, “reiniciou” sua vida em liberdade, vendendo cachorros-quentes e, depois, abrindo restaurantes em São Petersburgo.

Putin encorajou seus talentos culinários e levou visitantes estrangeiros “ilustres” ao seu restaurante. O que é interessante é ver como o regime de Putin, centrado na instituição do Serviço Federal de Segurança, ou FSB (a ex-KGB), conseguiu catapultar Prigozhin, por meio de relações com o aparato do Estado, para ser o provedor oficial de alimentação do Kremlin e do forneci-

mento de alimentos para todas as Forças Armadas do país.

E, daí, para a fundação de um verdadeiro império financeiro e midiático, onde a Companhia Militar Privada (CMP) Wagner é apenas uma das empresas do grupo controlado pelo oligarca Prigozhin, que, pelo menos até o início da guerra, fazia parte do círculo próximo de Putin.

Há anos, a CMP Wagner contrata mercenários que intervieram e continuam atuando em vários conflitos militares em diversos países e continentes: Síria, Mali, Sudão, Donbass e Ucrânia, desde 2014... Entre seus contratados estão inúmeros ex-oficiais de todas as armas russas e de outros países, envolvidos em ações contrarrevolucionárias do regime de Putin.

O ESTADO E O MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA

A formação de empresas militares privadas não é um exclusividade da Rússia ou de Putin. Essas “empresas” também operam em outras potências militares. O caso mais conhecido é o da “Blackwater”, subcontratada pelo imperialismo norte-americano para atuar no Afeganistão e no Iraque, com milhares de soldados. Acusado de tortura e assassinato, o grupo mudou de nome, mas continua funcionando.

No caso de Putin e suas muitas expedições contrarrevolucio-



O líder do Grupo Wagner, levguêni Prigojin, em vídeo gravado.

nárias, essas formações proliferaram ao extremo. Antes da guerra ucraniana, cada grupo oligárquico ostentava suas forças armadas privadas, com seus milhares de efetivos.

O Wagner, o mais numeroso, chegou a ter 50 mil membros, mas não é o único. Há, também, o “Potok”, financiado pela Gazprom (maior produtora de energia na Rússia e maior exportadora de gás natural do mundo) e o “Patriota”, que pertence a ninguém menos que Shoigu, o Ministro da Defesa, que assina os “contratos” com as CMP.

No entanto, o confronto entre essas organizações é fruto – nada menos – da determinada resistência das massas ucranianas, que paralisa as conquistas militares de Putin. A moral da resistência contrasta com a desmoralização das Forças Arma-

das russas e de sua tropa terceirizada de assassinos, pois não conseguem convencer os soldados da justiça de sua guerra contra todo um povo.

UM CONFRONTO ENTRE COMPANHIAS MILITARES PELO SAQUE DE GUERRAS

Há muitos meses, vemos a escalada desse conflito, que se tornou o centro da crise e do motim das tropas da CMP Wagner. Prigozhin, de Bakhmut (cidade no Leste da Ucrânia), denunciava que não lhe enviavam munições e, diante de uma pilha de cadáveres, acusava o ministro Shoigu e o Chefe do Exército, Gerasimov, de serem os responsáveis por aquelas mortes, devido à desastrosa conduta durante a guerra.

Nesse quadro, ele acabou aparecendo como aquele que conseguiu tomar a cidade de

Bakhmut, obrigando Putin a dar reconhecimento ao Grupo Wagner. Encorajado por essa correlação de forças, Prigozhin, nas últimas semanas, diante de sua massiva audiência na Rússia, chegou a questionar os argumentos fundamentais com os quais a invasão foi armada, negando que o governo Zelensky (presidente da Ucrânia) ou a própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) estivessem preparando uma agressão.

O pano de fundo do conflito entre Prigozhin e o Alto Comando das Forças Armadas russas residia na obrigação do Grupo Wagner de assinar um “contrato” com o Ministério da Defesa para continuar suas operações, o que acabava com sua autonomia nos territórios invadidos e em relação à assinatura de acordos com os governos locais, com sua total submissão à cadeia de comando das Forças Armadas.

Algo que Prigozhin entendeu como uma decisão da cúpula do poder político e militar para tirá-lo do jogo. Em outras palavras, de dissolver seu negócio multibilionário com o Wagner.

Há algumas semanas, foi decretado que a partir de 1º de julho todos os contratos de serviços militares passariam para o controle de Shoigu, o ministro da Defesa (que também tem seu CMP). É evidente que este foi o estopim para a preparação do abandono dos acampamentos na Ucrânia e a marcha a Moscou.

‘MOEDOR DE CARNE’

O suposto ‘ataque’ ao acampamento do Grupo Wagner

Prigozhin denunciou, com vídeos bastante confusos, que a artilharia russa havia atingido sua retaguarda, causando baixas e destruição. A partir disso, começou a marcha, que teve início com a tomada do aeródromo e da cidade de Rostov (cidade ao sul de Moscou), onde funciona o Comando Sul do Exército russo, e que estava sendo visitado por Shoigu.

Quando Prigozhin chegou, Shoigu já havia saído. Com isso, Prigozhin se reuniu com os che-

fes militares do Distrito Sul e exigiu que Gerasimov e Shoigu fossem falar com ele. Sem resposta, ele bloqueou Rostov e rumou para o Norte, onde assumiu o controle de Voronezh. De lá, continuou sua marcha em direção a Moscou, chegando a pouco mais de 200 km da capital.

Prigozhin acusou a liderança militar russa de mentir ao público sobre a escala de suas perdas e reveses na Ucrânia. “O exército russo está recuando

em todas as direções e derramando muito sangue... O que eles nos dizem é o mais profundo engano.”

O presidente da Biolorússia, Aleksandr Lukashenko, um fantoche de Putin, reivindicou a mediação e comunicou que chegou a um acordo “absolutamente lucrativo e aceitável” para o Wagner e que lhe dava “garantias de segurança”, sem especificar quais. A movimentação de Prigozhin era extremamente

arriscada, ao se apoiar na quebra da cadeia de comando do Estado-Maior.

Putin acusou o chefe dos mercenários de traição, de “apunhalar o povo russo pelas costas” e prometeu esmagá-lo: “Nossa reação será contundente”, disse. Prigozhin dobrou a aposta, afirmando, em uma mensagem de áudio, que Putin estava “profundamente errado” e que os homens do Wagner não são traidores, mas verdadeiros patriotas.

“Ninguém vai se render a pedido do presidente, da FSB ou de quem quer que seja. Não queremos que o país viva no engano, na corrupção e na burocracia”, disse Prigozhin, horas antes de anunciar a retirada, alimentando a retórica contra as elites do Exército regular, a quem acusou de enviar homens mal preparados ao “moedor de carne” da Ucrânia, enquanto eles se enriquecem.

PRENÚNCIO DE UMA CRISE

Um fim que pode ser o começo

O motim do grupo Wagner ocorreu em meio ao fracasso russo em derrotar a resistência ucraniana, 16 meses após o início da invasão. O grupo Wagner foi incorporado ao esforço de guerra russo após a derrota das suas tropas nos arredores de Kiev, para tentar reverter a situação de derrota e impasse militar.

Armado até os dentes, e contando com mercenários (muitos deles recrutados em prisões russas), o grupo Wagner levou oito meses para destruir totalmente e tomar a cidade de Bakhmut, com enormes perdas, estimadas em 20

mil mercenários. Durante a Batalha de Bakhmut, a força de resistência ucraniana forçou Prigozhin a questionar o comando da guerra e ameaçar se retirar da cidade.

Os reveses militares suscitam a necessidade de centralização das forças russas para enfrentar a resistência ucraniana, com a incorporação dos grupos mercenários às tropas regulares. Essa centralização não foi aceita por Prigozhin, que preparou o motim com o objetivo de negociar seus contratos com o Kremlin e, eventualmente, causar a mudança do comando militar russo.

Este motim teve, pelo menos, a complacência de parte da hierarquia militar. Após 36 horas, o motim foi desmobilizado, depois de um acordo secreto entre Prigozhin e Lukashenko. Enquanto o motim representou a falência do comando das forças russas, a negociação secreta expôs a fraqueza de Putin, que havia prometido esmagar os amotinados.

O motim expôs as dificuldades do esforço militar russo e abriu uma grande crise no regime político do país, com o enfraquecimento de Putin e do comando militar. Historicamente,



os fracassos militares abrem crises nos regimes políticos e levam até mesmo à queda de seus governantes. Foi o que aconteceu na Primeira Guerra Mundial, na

guerra do Afeganistão e na primeira guerra da Chechênia. O fracasso militar na Ucrânia pode selar o futuro de Putin e do regime da FSB e da oligarquia.

UCRÂNIA

A situação da contraofensiva ucraniana

A contraofensiva ucraniana ainda está na fase inicial. Até agora, as forças ucranianas recapturaram oito vilas na região de Zaporizhzhia e estão sitiando Bakhmut, na província de Donetsk. No entanto, as forças ucranianas não têm hegemonia aérea e não possuem caças modernos.

As forças russas encontram-se enfraquecidas, com enormes perdas e dificuldades para recompor os estoques de armas e munições. E, portanto, impossibilitadas de promover ofensivas militares. Por isso, estão na defensiva, entrincheiradas; mas o seu comando continua disposto a promover a destruição da infraestrutura ucraniana e pro-

vocar a fuga da população.

Eles bombardeiam regularmente alvos civis nas principais cidades ucranianas. Explodiram a barragem de New Kakhovka, por dentro, causando violentas inundações, afetando o abastecimento de água e impactando o meio ambiente. Além disso, a ocupação russa da usina nuclear de Zaporizhzhia coloca toda a população ucraniana, e até mesmo a população europeia, como reféns dos invasores.

A HIPOCRISIA DA OTAN

Os ministros da Defesa dos países da OTAN, reunidos em Bruxelas, decidiram não entregar caças modernos F-16 à Ucrânia; decisão

esta que poderá ser revista no futuro. Esta decisão é consistente com a estratégia dos EUA e da União Europeia de enfraquecer, mas não derrubar, Putin e seu regime. A crise com os mercenários do grupo Wagner reforçou a necessidade de manter Putin, impedindo que líderes ultrabelicistas ou aventureiros assumam o poder na Rússia.

As potências imperialistas promoveram, em Londres, nos dias 21 e 22 de junho, uma Conferência para a Reconstrução da Ucrânia, com o objetivo de preparar, desde já, o controle da economia do país pelas grandes corporações. Uma política com a qual o governo Zelensky está sintonizado.

SOLIDARIEDADE



Todo o apoio à resistência dos trabalhadores ucranianos

O sofrimento infligido à população ucraniana é inestimável, mas não chegou a reverter o amplo apoio ao esforço de guerra para expulsar as forças russas. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras têm participado do esforço de guerra, seja na linha de frente; seja na retaguarda, impedindo a conquista russa.

E isto apesar das políticas neoliberais de Zelensky, que impõem privações à população. Para esta resistência operária devemos direcionar a solidariedade operária internacional, através de campanhas como a “Ajuda Operária à Ucrânia”, que recentemente enviou seu terceiro comboio. Quanto às massas russas, elas não temiam uma guerra civil, mas a chegada ao poder de um sádico que mata pessoas com um martelo.

Renovamos nosso chamado à classe operária e ao povo russo para se organizarem e se unirem contra a guerra, contra os oligarcas mafiosos e para por um fim à ditadura de Putin.

– Armas para a resistência ucraniana!

– Apoio às ações contra a guerra na Rússia! Liberdade aos presos políticos detidos nas prisões de Putin!

– Paz sem anexações! Pela expulsão das tropas russas de todo o território ucraniano, incluindo Donbass e Crimeia!

– Por uma reconstrução operária da Ucrânia! Pela socialização da água e de todos os bens básicos!

– Por uma Ucrânia independente! Por um governo dos trabalhadores e das trabalhadoras!

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/46DTVCA](https://bit.ly/46DTVCA)



ARGENTINA

Façamos uma grande campanha em apoio à luta do povo de Jujuy



DA REDAÇÃO,

Jujuy é uma província localizada no extremo Noroeste da Argentina, na Cordilheira dos Andes. Uma parte importante de sua população é descendente direta dos povos originários. A região possui grande riqueza mineral, sendo a mais importante o lítio, componente essencial das baterias usadas nos carros elétricos. Jujuy faz parte da região conhecida como “Triângulo do Lítio”, juntamente com áreas da Bolívia e do Chile.

Um processo de luta foi iniciado há duas semanas pelos professores, juntamente com os trabalhadores do estado, na reivindicação por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho, permanentemente atacados para atender os ajustes orçamentais exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

A resposta do governador Geraldo Morales foi um decreto estabelecendo multas para quem se manifestasse publicamente e autorizando a demissão dos grevistas. Também apresentou um texto de emendas à Constituição Provincial, que autorizava o governo da província a entregar terras públicas às empresas privadas, para sua exploração (evidentemente, em mineração).

AMEAÇAS AOS POVOS ORIGINÁRIOS E BRUTAL REPRESSÃO AOS QUE LUTAM

Atualmente, muitas comunidades indígenas vivem em partes dessas terras públicas, praticando agricultura. A medida também autorizava o governo a usar “mecanismos e vias rápidas”, tanto para efetuar a desocupação de “terras ocupadas” quanto para intervir contra as manifestações urbanas que bloqueassem ruas e avenidas.

Nesse momento, comunidades camponesas indígenas

e também trabalhadores mineiros (muitos deles membros dessas comunidades) começaram a aderir em massa à mobilização. Assim, foram criadas as condições para que uma gigantesca manifestação contra Morales fosse realizada no dia 20 de junho.

A resposta do governo foi aumentar a repressão contra os manifestantes, que atacaram a sede do Legislativo. O saldo foi de numerosos feridos (incluindo idosos e crianças) e, também, um número significativo de detidos ilegalmente e levados diretamente para as prisões.

Mas o povo de Jujuy não recuou: lutou contra a polícia, com pedras e o que mais tivesse às mãos. Ao mesmo tempo, professores e mulheres convocaram a polícia a depor as armas e ficar do lado do povo. Policiais aposentados marcharam ao lado de funcionários do estado, para defender suas miseráveis aposentadorias.

Desta forma, um primeiro triunfo foi conquistado: Morales teve que revogar seu decreto repressivo e, agora, tem profundas dificuldades para avançar com o artigo sobre as terras públicas, incluído na Reforma Constitucional.

A LUTA CONTINUA

No momento, há 23 bloqueios de estradas em toda a província e o tráfego internacional está interrompido. Ao mesmo tempo, esta luta entre o povo de Jujuy e Morales tornou-se o centro da vida política do país.

Os sindicatos nacionais de professores e dos funcionários do estado, ligados ao governo peronista nacional, que até agora “faziam de conta que não viam”, tiveram que convocar uma greve de 48 horas em apoio aos trabalhadores de Jujuy. O sindicato nacional dos metalúrgicos (UOM) expressou sua solidariedade (por enquanto somente em palavras). E, em Buenos Aires e outras cidades do país, estão sendo realizadas



importantes mobilizações de apoio à luta do povo de Jujuy.

Nesse marco, o PSTU (seção argentina da LIT-QI), além de impulsionar e intervir ativamente nessas mobilizações, tem apresentado propostas de como dar continuidade a elas e como fazer com que atinjam seus objetivos.

Para Jujuy, propõe-se que a luta seja organizada em uma grande coordenação de todos os setores em luta, até que seja derrotada a Reforma Constitucional; que o governador Morales seja deposto; e que, também, seja imposta uma saída operária e popular para esta crise, nacionalizando todos os minerais e as riquezas, colocando-os, então, a serviço de todo o povo.

Para o conjunto da Argentina, o PSTU propõe que seja formado, imediatamente, um Comitê Nacional de Solidariedade com o povo de Jujuy, para atuar de maneira unificada e implementar um Plano Nacional de Lutas, até a vitória da comunidade da província, objetivando a luta nacional para enfrentar o ajuste, o saque e a repressão, que estão ao serviço do pagamento da dívida e dos interesses multinacionais.

GOVERNO E OPOSIÇÃO: JUNTOS PELO SAQUE

Hoje, por um lado, o povo argentino sofre com um brutal “plano de ajuste” utilizado

para acumular dólares para pagar o FMI. Por outro, com um plano para aumentar o saque dos recursos naturais. Tanto o governo peronista quanto a oposição de direita concordam em manter essa dupla exploração.

Esta política não pode ser realizada sem repressão, nem em Jujuy nem na Argentina como um todo. O que Morales quer é impedir toda e qualquer resistência à pilhagem por parte das multinacionais!

A BATALHA PELO LÍTIO

O que acontece em Jujuy ocorre em meio a um processo internacional. O lítio se tornou um mineral essencial para o funcionamento das novas baterias usadas pelos carros elétricos. Por isso, tem se tornado cada vez mais cobiçado e seu preço internacional está em alta.

Iniciou-se, então, uma batalha internacional para garantir as reservas e a extração de lítio, na qual estão envolvidas grandes mineradoras internacionais, com sede no Canadá, Estados Unidos e China.

Essa luta extrativista, promovida por setores imperialistas para apropriarem-se do lítio do continente americano, é peça-chave para uma falsa solução para a grave crise ambiental e ecológica, baseada nas baterias para motores elétricos.

Longe de resolver a crise climática e a depredação, essa revolução tecnológica a agrava, pois produz mais destruição ambiental, gera novos problemas (nos sistemas hídricos e acesso à água), e acentua a exploração dos povos semicoloniais e a opressão das comunidades indígenas.

UMA UNIDADE NECESSÁRIA

O que acontece em Jujuy é uma excelente expressão da unidade entre a classe trabalhadora e os povos indígenas oprimidos. É uma unidade absolutamente natural porque ambos enfrentam o mesmo inimigo: o capitalismo imperialista e seus parceiros nacionais, o kichnerismo e a oposição de direita.

Devemos cercar a província de Jujuy com nossa solidariedade. A partir da LIT-QI convocamos todas as organizações políticas de esquerda, os sindicatos, as organizações sociais e as organizações dos povos originários de todo o continente a coordenarem esforços para impulsionar esta solidariedade.

SAIBA MAIS



Leia o artigo completo no QR-CODE ao lado

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/44ASWWK](https://bit.ly/44ASWWK)

ENTREVISTA

A ‘camarotização’ e a invasão sertaneja nos festejos juninos do Nordeste

**ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)**

Entre as grandes tradições populares do Nordeste, as Festas Juninas se destacam pela tradição, pela participação popular e pelo clima criado em torno aos festejos, uma espécie de Natal antecipado. Não é por menos que, para a maioria dos nordestinos, junho é melhor mês do ano.

Diferente do Carnaval, que concentra sua força em duas capitais da região – Salvador e Recife – os festejos juninos se espalham para além das metrópoles e ocupam as praças das médias e pequenas cidades. Caruaru e Campina Grande, que dispu-

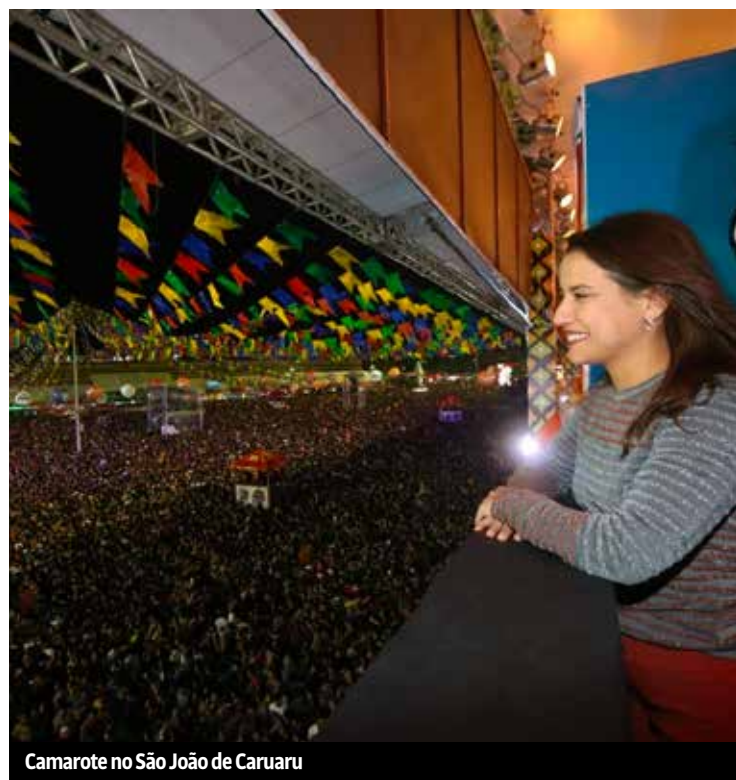
tam o título de maior festejo junino, estão localizadas no Agreste de seus respectivos estados, Pernambuco e Paraíba. Na Bahia dos 417 municípios, 244 realizaram grandes festas no dia de São João.

Essas festas vêm crescendo a cada ano. As prefeituras têm investido em grandes estruturas de palco, na contratação de artistas nacionais e na construção de arenas para as realizações dos shows, a exemplo da prefeitura do município de Cruz das Almas, localizada no Recôncavo Baiano, que, desde o ano passado, retirou os grandes shows da praça localizada no centro da cidade e os levou para a arena Circuito Luiz Gonzaga, um amplo espaço

preparado para receber mais de 200 mil pessoas por noite.

Todo esse investimento pelas prefeituras e pelos governos estaduais é justificado pelo impacto das festas na economia. De acordo com o Ministério do Turismo, só este ano foram movimentados R\$ 6 bilhões e cerca 28 milhões de turistas circularam pelo Nordeste.

Essa forte mercantilização tem ocasionado dois processos que estão mudando o perfil das Festas Juninas no Nordeste. Coisas que tiveram início há alguns anos, mas que, neste, ganharam maiores dimensões e repercussão nacional: a “camarotização” e a invasão dos artistas sertanejos nas programações.



Camarote no São João de Caruaru

“CAMAROTIZAÇÃO” É PRIVATIZAÇÃO

Festa de São João longe do povo



As festas nas praças públicas dão o tom dos festejos juninos no Nordeste. Enfeitadas com bandeirolas e outros símbolos que remetem à tradição junina, esses espaços públicos começaram a ser ocupados por camarotes, antes localizados nas laterais do palco. Este ano eles passaram a ocupar “espaços VIP”, em frente aos palcos, ofertados a quem desembolsasse centenas de reais.

Esse é um processo de privatização das festas públicas, incentivado pelo poder público, onde se reduz o espaço destinado ao público geral.

Em Campina Grande, metade do espaço em frente ao palco principal foi destinado a um camarote privado, com capacidade para 6.800 pessoas, com ingressos que chegavam a R\$ 600 por dia.

O processo de mercantilização da Festa Junina em Campina Grande é de tal forma avançado que, desde 2017, a prefeitura licita a organização da festa para uma empresa. Em 2023 e 2024, a responsável é a Artes Produções, vencedora da última licitação pelo valor de R\$ 355.655,91.

Com esse avanço da mercantilização, o Pátio do Povo

vai deixando de ser do povo. Isso também acontece com grande força em Caruaru. Um camarote privado também ocupou 50% do espaço, em frente ao palco principal do Pátio de Eventos.

Na Bahia, a “camarotização” vem ganhando espaço desde o ano passado, em cidades como Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Jequié e São Gonçalo dos Campos. Mas o processo ainda não avançou para cercadinhos, com “áreas vip” em frente ao palco.

“SERTANEJIZAÇÃO”

O outro filho da mercantilização dos festejos é a invasão sertaneja na programação. Os artistas do gênero mais tocado no mercado musical brasileiro foram atrações nas principais festas, recebendo os maiores cachês e exigindo mais tempo de apresentação que os demais artistas.

No início de junho, o cantor Flávio José, representante do tradicional forró pé-de-serra, protestou no palco de

Campina Grande, por ter seu tempo de show reduzido. “Eu não tenho nenhum show para sair daqui correndo para fazer. Não foi ideia minha. Infelizmente, são essas coisas que os artistas da música nordestina sofrem”, disse. A atração seguinte, o sertanejo Gustavo Lima, se apresentou por 2h30.

O cantor cearense Fagner, que tem um disco histórico com Luiz Gonzaga, também reclamou durante seu show em Campina Grande: “Vamos fazer uma despedida porque tem uma programação, não é isso? Vai ter um sertanejo aí, né isso?”, alfinetou.

Em Caruaru, entre 2017 e 2023, triplicaram-se os artistas do gênero sertanejo. Nomes do tradicional forró nordestino, como Jorge de Altinho e Alcymar Monteiro foram excluídos da grade de atrações. Alcymar é um dos expoentes do movimento #DevolvaMeuSãoJoão, lançado em 2017, por artistas como Joaquina Gonzaga, sobrinha de Luiz Gonzaga, e Elba Ramalho.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3PJW7Q7](https://bit.ly/3PJW7Q7)

MERCADORIA CAPITALISTA



Flavio José e Gustavo Lima

Quando a cultura popular vira máquinas de ganhar dinheiro

A “camarotização” e a “sertanejização” dos festejos juninos no Nordeste são consequência da mercantilização das festas populares pelo capitalismo. Os festejos juninos caminham para a mesma situação do Carnaval, transformado em uma máquina de gerar dinheiro, composta por uma cadeia de empresários sanguessugas, que, aliados com os poderes públicos, lucram milhões.

Por isso, para eles pouco importa se os camarotes e as músicas sertanejas descaracterizam uma manifestação cultural que se notabiliza por ser uma festa de rua, sem a existência de áreas segregadas e com um som próprio, criado e perpetuado por homens e mulheres que buscam manter vivas a festa e as tradições de um povo e de um lugar.

20 ANOS!

Editora Sundermann lança o seu novo site!

No ano de 2023, a Editora Sundermann está celebrando seu vigésimo aniversário com uma grande novidade: o lançamento do novo site da editora. Com o objetivo de tornar a experiência de compra dos nossos livros ainda mais fácil e prática, implementamos diversas melhorias para atender às necessidades dos nossos leitores que buscam conhecer a teoria revolucionária e trotskista.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/437MRSK](https://bit.ly/437MRSK)



FACILIDADE E SEGURANÇA NAS COMPRAS

O novo site da Editora Sundermann apresenta um sistema de carrinho de compras intuitivo, onde você pode adicionar os livros desejados e visualizar o valor total da compra. Além disso, agora é possível adicionar um cupom de desconto, facilitando ainda mais a aquisição dos nossos livros. O processo de finalização do pedido é seguro e eficiente, oferecendo opções de envio dos correios, com cálculo de frete.



PROXIMIDADE COM OS LEITORES

Valorizamos o contato próximo com os nossos leitores, por isso oferecemos a possibilidade de cadastro para receber promoções e novidades diretamente em seu e-mail. Dessa forma, você estará sempre atualizado sobre lançamentos, descontos especiais e eventos relacionados à Editora Sundermann.

AUTORES

Destacamos nossos autores, que são a essência da nossa editora. Desde os clássicos como Leon Trotsky, Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin e Nahuel Moreno, até os contemporâneos que discutem temas como marxismo, mundo árabe e opressões, temos uma variedade de escritores renomados em nosso catálogo. Em nossa página de autores, você encontrará uma breve biografia de cada um, permitindo que conheça mais sobre suas trajetórias e contribuições para o campo da ciência política e do marxismo.



Acreditamos na importância de divulgar e celebrar os autores que fazem parte da nossa trajetória na disputa ideológica em busca de uma sociedade socialista. Por isso, criamos uma página especial dedicada aos "Pratas da Casa", escritores que abordam temas de ciência política sob uma perspectiva revolucionária. Suas análises críticas, sob a perspectiva marxista, enriquecem nosso catálogo e contribuem para o debate político contemporâneo.

NOSSAS MÍDIAS

No blog da Editora Sundermann, você encontrará uma variedade de conteúdos exclusivos que abordam temas como política, filosofia, ciências sociais, além de resenhas de nossas obras. Nossos autores e estudiosos sobre os temas contribuem regularmente com artigos, análises e reflexões profundas. Nesta última semana, por exemplo, publicamos uma resenha escrita por Luiz Fernando da Silva sobre o livro "Aonde vai a França?", de Leon Trotsky.



Conheça
nosso Blog



Veja nosso Canal
no Youtube

Acesse agora!



Não deixe de conferir a seção de eventos em nosso site, onde você encontrará informações sobre as atividades em que a Editora Sundermann participará, como bancas, congressos e outros eventos. Além disso, ficará por dentro dos lançamentos presenciais.

www.editorasundermann.com.br